

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: OLHARES SOBRE LIBERDADE, INOVAÇÃO E ATITUDES

Paulo Eduardo Moruzzi Marques; Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

RESUMO

Este artigo tem como área temática mais geral o desenvolvimento local, focalizando mais especificamente o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais, e nele seu subprograma Projetos Demonstrativos, do Ministério do Meio Ambiente (PD/A-MMA), implementado em uma comunidade quilombola no município de Paraty (Rio de Janeiro). A análise baseou-se em dados obtidos por meio de realização de entrevistas e observação participante, a partir de um modelo de análise multidimensional para projetos de inovação em comunidades tradicionais, cujo eixo fundamental da abordagem analítica é a teoria do desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen, e as ideias da socioantropologia do desenvolvimento, de Olivier de Sardan. Esses aportes possibilitaram refletir sobre a incorporação de inovações nas comunidades tradicionais e sobre o comportamento da população local diante de projetos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Projeto de Desenvolvimento local; Comunidades Quilombolas; Desenvolvimento Como Liberdade; Socioantropologia do Desenvolvimento.

LOCAL DEVELOPMENT PROJECTS IN QUILOMBOLA COMMUNITIES: PERSPECTIVES ON FREEDOM AND INNOVATION

ABSTRACT

This article has as more general thematic area the local development, focusing more specifically the Protection of the Rainforest Pilot Program, and its Demonstration Projects Sub-Program of the Ministry of the Environment (PD / A-MMA), implemented in a quilombola community in the municipality of Paraty (Rio de Janeiro State, Brazil). The analysis was based on data obtained by interviews carried out with an intention sample of the mentioned area's inhabitants and on participant observation, from a multidimensional analysis model for innovation projects in traditional communities whose fundamental analytical approach is the theory of development as freedom, by Amartya Sen and the development Socio-anthropology, by Olivier de Sardan. This contribution made possible to reflect on the incorporation of innovations in traditional communities and on the behavior of the local population regarding to development projects.

Keywords: Local Development Projects; Quilombola Communities; Development as Freedom; Socio-anthropology of Development.

Professor do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo. E-mail: pmarques@usp.br.

Professora da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: andrea.kanikadan@arapiraca.ufal.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um resultado de diálogos e reflexões em torno de abordagens capazes de contribuir com a análise de projetos de desenvolvimento em comunidades tradicionais. Com efeito, concebemos neste artigo uma convergência de perspectivas analíticas que foram direcionadas ao exame do caso de um projeto de desenvolvimento local específico, implantado no Quilombo Campinho da Independência, em Paraty/RJ.

Como ponto de partida, a tese de doutorado de Andrea Kanikadan (2014) funda-se na elaboração de um modelo de análise multidimensional de projetos de desenvolvimento de comunidades tradicionais, cujo eixo fundamental da análise é a teoria do desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen (2000). As dimensões consideradas aqui foram as oportunidades de participação; a produção e a geração de renda; a educação e a saúde e; o conforto e a segurança.

No âmbito deste artigo, a obra de Olivier de Sardan (1995) foi mobilizada para aprofundar nossas interpretações. Nesta perspectiva, exploramos, sobretudo, as ideias do autor para a análise sobre a incorporação de inovações nas comunidades tradicionais e sobre o comportamento da população local diante dos projetos de desenvolvimento.

O projeto em questão é “O protagonismo juvenil no fortalecimento das comunidades quilombolas e na promoção da palmeira juçara para produção de polpa alimentar”, apoiado pelo Ministério do Meio-Ambiente. Formulamos a hipótese de que os projetos contemporâneos de desenvolvimento local são fundados no reconhecimento de novos papéis sociais para as comunidades tradicionais, o que permite a valorização de suas práticas culturais com a expansão das liberdades humanas, favorecendo o desejo de permanência nestas localidades.

A metodologia utilizada consistiu em duas etapas. Em primeiro lugar, tratou-se do exame da documentação indireta, com pesqui-

sa bibliográfica voltada aos temas em questão. Uma segunda etapa envolveu a mobilização de técnicas fundadas em princípios sociológicos e antropológicos, em pesquisa de campo na comunidade. Assim, a obtenção de dados foi efetuada por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante acerca do projeto. Os entrevistados foram os beneficiários do programa e tal coleta de informações aconteceu no período de julho a setembro de 2013 na comunidade em Paraty.

1. REFERENCIAIS PARA A ANÁLISE DE OPERAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A tese tomada como ponto de partida para a elaboração deste artigo (Kanikadan, 2014) foi construída com vistas à análise de projetos de desenvolvimento local em comunidades quilombolas. Nesta perspectiva, a abordagem de Amartya Sen (2000) associando desenvolvimento com “a expansão das liberdades humanas” nos pareceu muito fecunda. A expansão da liberdade leva a considerar a participação política (escolha dos planos de desenvolvimento, liberdade de expressão), as oportunidades econômicas (capacidades de produção, consumo e troca), os serviços sociais (acesso à educação e saúde) e a segurança protetora (sentimento de bem-estar associados à mecanismos institucionais de amparo social para situações de crise, como o desemprego). Com este tipo de abordagem, trata-se de desenvolver uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, examinando uma multiplicidade de instituições e de fatores em torno das condições de vida.

Em sua perspectiva de estudo do desenvolvimento com foco dirigido para a liberdade, Amartya Sen (2000) sugere averiguar as relações entre rendas e capacidades de realização, em referência a um modo desejado de viver. Portanto, esta preocupação com a qualidade de vida não se limita apenas a um cálculo de recursos ou renda disponíveis.

Nesta ótica, a participação nos processos de tomada de decisão, associada de manei-

ra importante com o acesso à educação, oferece mais oportunidades de liberdade para o alcance do que pode ser desejado. Enfim, as políticas públicas são vistas aqui como meio para favorecer o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral.

Além de tomar profundamente em consideração esta concepção sobre o desenvolvimento, ainda incorporamos ideias sobre especificidades territoriais e sobre a multifuncionalidade da agricultura para elaborar categorias de análise instigantes para nossa investigação. No plano das especificidades territoriais, o pensamento de Bernard Pecqueur (2005) em termos de sua conceituação de desenvolvimento territorial como processo de mobilização de atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, tendo como base uma identidade coletiva em torno de cultura e territórios particulares nos forneceram elementos de reflexão dos mais fecundos. O autor assinala o interesse em examinar o papel das políticas públicas enquanto meio de estímulo e mobilização dos atores na construção de suas estratégias territoriais de reorganização da economia local. Os recursos próprios ao território são para este autor chave para processos de especificação, o que significa valorizar diferenças territoriais peculiares considerando uma globalização homogeneizante. Aqui igualmente a participação social constitui um fator primordial para a especificação territorial, fomentando potencialmente a mobilização da pluralidade de saberes locais. Enfim, a noção de multifuncionalidade da agricultura situa a atividade agrícola em diferentes dimensões (econômicas, sociais, culturais e ambientais) capazes de iluminar a análise do desenvolvimento local.

Com a combinação destas referências, foram concebidas quatro dimensões que poderiam fecundamente contribuir para nossos propósitos de análise dos impactos de projetos locais de desenvolvimento em comunidades quilombolas. Trata-se das oportunidades de participação; das formas de produção e geração de renda; da disponibilidade de meios

para a educação e saúde e; do grau de sensação de conforto e segurança.

A ideia de elaborar este artigo nos levou a percorrer dois outros campos fecundos para avançar nossa análise sobre projetos de desenvolvimento local em comunidades quilombolas. Tal como sugerido por Olivier de Sardan (1995), estes dois campos se referem às formas de absorção de inovações em projetos de desenvolvimento e ao comportamento da população local diante destes últimos.

Quanto ao primeiro campo, Olivier de Sardan considera inovação como todo enxerto de técnicas, de saberes ou de modos de organização inéditos sobre técnicas, saberes e modos de organização preexistentes. A partir desta definição, o autor aponta para o interesse, considerando diferentes abordagens sobre as inovações, em discutir sua difusão, as consequências de sua absorção pela comunidade local, o experimentalismo autóctone e suas reinterpretações.

Quanto ao segundo campo, Olivier de Sardan propõe notadamente considerar dois princípios gerais em torno do comportamento da população diante de projetos de desenvolvimento local. Trata-se dos princípios de seleção e de alteração. De um lado, os beneficiários de tais projetos selecionam orientações e propostas que lhes são mais atrativas, não adotando o conjunto do “pacote” de medidas. De outro lado, estas últimas, quando adotadas, podem passar por ajustes para serem mais úteis aos olhos dos beneficiários. Estas seleções e alterações podem ser associadas a diferentes lógicas, entre as quais a minimização de riscos, a maximização do apoio oferecido ou a apropriação das operações de desenvolvimento por determinados grupos em detrimento de outros.

2. O QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA E O PROJETO PROTAGONISMO JUVENIL NA PROMOÇÃO DA PALMEIRA JUÇARA

A comunidade quilombola Campinho da Independência, localizada no município de

Paraty, no Rio de Janeiro, foi beneficiada com um projeto de desenvolvimento local conduzido pelo Ministério do Meio-Ambiente. Tratou-se do subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente, conhecido pela sigla PD/A e inscrito no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais.

Mas antes de analisar suas características e impactos, convém examinar a história de formação de tal comunidade, que ocorreu a partir do final da escravidão quando três mulheres receberam as terras, que pertenciam à Fazenda Independência, sem maiores formalidades. Os moradores contemporâneos do local são seus descendentes. As terras à época da doação estavam desvalorizadas em razão sobretudo da abolição, pois muitos escravocratas acreditavam que seria impossível produzir sem o braço escravo, tal como a leitura de Fernando Lourenço (2001) permite pensar. As terras da fazenda passaram a constituir o meio produtivo para a sobrevivência do grupo liberto, as gerações seguintes as cultivando com vistas à subsistência (Gusmão, 1996).

Por muito tempo, a comunidade manteve seu importante isolamento e autarcia, como outros grupos sociais rurais no sul fluminense. É a partir da década de 1970 que o Campinho da Independência conhecerá mudanças profundas. Em primeiro lugar, a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em 1971, representou uma sobreposição de terras de proteção ambiental e daquelas de povos tradicionais. Em seguida, a construção da rodovia BR-101, que dividiu o quilombo Campinho da Independência em duas partes, representou ainda mais transformação, favorecendo notadamente o avanço do turismo na região, o que a torna palco de intensos conflitos por terra. Além desta rodovia, conhecida como a Rio-Santos, grandes investimentos participam desta mutação regional, como a construção da Usina Nuclear em Itaorna na divisa entre Paraty e Angra dos Reis.

Neste quadro, a comunidade é impelida a se engajar em luta pela terra com o acirramento da especulação imobiliária. É neste período que os moradores criam sua associação

e passam a ter novos apoios, em particular da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty.

Foi a Constituição Federal de 1988 que permitiu enfim reconhecer direitos a estes povos afrodescendentes sobre suas terras. O reconhecimento como comunidade quilombola constitui o primeiro passo para assegurar tal direito. Após o cumprimento dessa etapa, a titulação das terras locais foi obtida em 1999, em nome da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho da Independência (AMOQC). A propósito, este processo de reconhecimento identitário contribui com o desenvolvimento de atividades locais em torno da capoeira, agroecologia e artesanato.

Convém aqui mencionar que, com o desenvolvimento do turismo na região, tornou-se, num primeiro momento, comum aos moradores do quilombo obter trabalho em Paraty como comerciários, zeladores, domésticos ou faxineiros de casas de veraneio. Para reverter este quadro, existe um esforço por parte da associação de moradores em reafirmar a cultura quilombola, desenvolvendo projetos que fomentem sua valorização, principalmente graças ao turismo de base comunitária.

Cumprir destacar que, entre estas iniciativas, um restaurante típico constitui um dos projetos mais consolidados de turismo da comunidade. Tal projeto contou especialmente com o apoio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) do governo federal com vistas à implantação de experiências associadas ao reconhecimento do direito quilombola sobre suas terras. Jovens da comunidade trabalham no restaurante em escalas, o que permite empregar até quatorze moças e moços na alta temporada. Bem sinalizado na rodovia BR-101 e com um cardápio variado da gastronomia quilombola, o restaurante recebe uma grande afluência.

Aqui convém retornar ao projeto PD/A, pois se inscreve nesta perspectiva de desenvolvimento com valorização da cultura e recursos locais. Tal PD/A teve sua origem em discussões entre os países industrializados sobre a proteção das florestas tropicais, mais precisamen-

te em torno do PPG7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil), liderado pela Alemanha. O lançamento deste programa aconteceu em julho de 1990, caracterizando-se por uma proposta de ação ambiental conjunta do governo brasileiro, da sociedade civil organizada e da comunidade internacional. O PD/A constitui uma de suas linhas de ação (Mancin, 2001). O PPG7 foi operacionalizado a partir de um fundo, o Rain Forest Trust Fund (RTF), formado por doações iniciais dos países do G-7, complementados por contrapartida brasileira de 10%, representada pela disposição ao programa de equipes e infraestrutura. Na concepção dos projetos locais, foi previsto que as comunidades deveriam contribuir com trabalho voluntário. Nesta linha, no âmbito do PD/A, a participação das populações locais constitui uma peça central, os projetos deveriam ser laboratório de modelo de cogestão entre o governo e a sociedade civil organizada para implementar políticas públicas ambientais.

Com esta concepção, o PD/A em análise aqui foi intitulado “Protagonismo Juvenil no Fortalecimento das Comunidades Quilombolas e na Promoção da Palmeira Juçara para Produção de Polpa Alimentar”. O projeto consistiu na formação de agentes locais da comunidade que passaram por um processo de capacitação voltada ao resgate cultural, formação política, manejo florestal (notadamente da palmeira juçara), coleta de sementes florestais, viveirismo, agroecologia e artesanato. A ênfase no manejo da palmeira juçara ocorreu em função da existência de um projeto anterior, também no âmbito do PD/A, de implantação de viveiro e agrofloresta. Executado pelo Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), este primeiro projeto permitiu a distribuição de mudas de diversas espécies, principalmente de pupunha, em comunidades rurais de Paraty para formação de agroflorestas.

O projeto PD/A em estudo foi concebido com a participação de outras comunidades locais quilombolas, no âmbito de um grupo denominado “gestor do projeto”. Lideran-

ças dos quilombos de Cambury, Bracuhy, Cabral e Fazenda, além do Campinho da Independência, participaram de reuniões para discutir as diretrizes das ações do projeto. Deste modo, interlocutores atuantes na gestão da associação local realçam que não se tratou de um projeto imposto. Ainda é útil assinalar que, neste grupo gestor, integrantes do Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA), parceira das comunidades em diversas iniciativas, estiveram presentes. Em particular, esta ONG participa do fomento de ações em rede, notadamente em torno da Rede Juçara. Trata-se da reunião de agricultores familiares, comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil, gestores públicos, universidades e outros interessados visando o desenvolvimento das cadeias produtivas da polpa dos frutos e das sementes como meio de favorecer a conservação da palmeira juçara (Reju, 2011).

Este tipo de atuação do IPEMA, associado ao interesse e estreita relação de dois agrônomos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com a comunidade do Campinho da Independência, levou à concepção do projeto focado no protagonismo juvenil e promoção da palmeira juçara, cujo proponente ao MMA foi a associação local, a AMOQC, tendo como executor um destes dois profissionais de agronomia. Além do estímulo ao protagonismo de jovens no processo de desenvolvimento, o objetivo destes esforços consistia na promoção do intercâmbio cultural permanente entre as cinco comunidades quilombolas, mencionadas acima, visando reforçar suas organizações. De todo modo, nosso foco aqui se dirige aos impactos e dinâmicas em torno deste projeto PD/A no Campinho da Independência.

3. PARTICIPAÇÃO, RENDA, EDUCAÇÃO/SAÚDE E CONFORTO/SEGURANÇA, ASSOCIADOS À INOVAÇÃO E ÀS ATITUDES DIANTE DA MUDANÇA

O projeto em estudo visava, portanto, o protagonismo dos jovens em estratégias produtivas associadas à conservação da palmeira

juçara. Nesta perspectiva, tratava-se antes de tudo de atrair os jovens para participação das ações do projeto. A intenção era contar com o engajamento da maior parte dos jovens da comunidade, selecionando cinco deles enquanto bolsistas com uma remuneração de R\$ 120,00 mensais para desempenhar papéis-chaves no desenvolvimento do projeto.

Assim, uma primeira reunião foi organizada em 2007 para apresentação das atividades previstas e seus objetivos para, em seguida, os interessados se inscreverem em processo de seleção para as bolsas. Entretanto, a maior parte dos jovens não se engajou na iniciativa. Com efeito, o envolvimento dos poucos jovens interessados no desenvolvimento do projeto apresentou graus muito diversos, mesmo entre aqueles que receberam bolsas para atuar nas atividades previstas.

Para nossos propósitos, convém aqui abordar princípios centrais em torno do debate sobre a participação social. Com efeito, é frequente aqui a ideia segundo a qual mais efetiva será a participação quanto mais cedo ocorrer, desde a definição prévia dos objetivos e das atividades de um determinado plano de ação. Porém, no caso em análise, a concepção do projeto se restringiu aos dirigentes da associação local. Inegavelmente, estes últimos se mobilizam pela permanência das famílias nas terras quilombolas, com a preservação das tradições culturais, buscando maior envolvimento em iniciativas associativas. No entanto, a definição das linhas do projeto em questão pouco esteve em debate na comunidade, o que pode ter implicado em um olhar negligente sobre a importância de tal iniciativa. Em particular, os principais beneficiados parecem pouco satisfeitos com as ênfases do projeto, o que os leva a tomar, muitas vezes, decisões que não são aquelas as mais desejadas pela comunidade. Na ótica do desenvolvimento como liberdade (Sen, 2012), as possibilidades de “escolher o que fazer” são mais importantes do que aquelas de simplesmente “fazer”.

De nosso ponto de vista, o jovem foi atraído para participar graças sobretudo a uma oferta remuneradora. As desistências e o

desinteresse poderiam ser interpretados por lentes da abordagem de Amartya Sen (2000), quando analisa a força da dimensão econômica para orientar as ações. Em um primeiro momento, o valor da bolsa proposta no âmbito do projeto para desempenhar determinadas tarefas pareceu atraente ao jovem. Porém, as atividades comunitárias associadas à remuneração da bolsa foram pouco consideradas num segundo momento, quando foi necessário tomar a decisão entre permanecer atuando no projeto ou se engajar em outros empregos mais vantajosos de acordo com critérios estritamente econômicos.

Os depoimentos de jovens entrevistados revelam que as atividades propostas, em especial a participação em reuniões – cujas discussões lhes pareciam enfadonhas por não terem total familiaridade com os temas tratados – desestimulou o envolvimento no projeto. A própria condição de jovem, com desejos de experimentação, já constitui um elemento para procurar explicar as razões para o pouco engajamento aqui.

Interpretado à luz do pensamento de Olivier de Sardan, este projeto pode ser considerado como uma inovação, cujo interesse para análise, neste ponto, se refere à sua indexação social e à sua reinterpretação. Em primeiro lugar, trata-se de situar os fenômenos de aceitação ou recusa de uma inovação em seu contexto social, o que implica em considerar particularmente as hierarquias e os conflitos. Em nosso caso, a inovação proposta por instituições ambientalistas transita na comunidade pelos dirigentes associativos, dotados de mais recursos, em particular de mais informações. Interessa então discutir até que ponto a estrutura desta hierarquia de poder pode se transformar com o elemento inovador. Em princípio, a ideia de protagonismo dos jovens implica em subversão de uma determinada ordem hierárquica. Porém, de toda evidência, o projeto inovador pouco refletiu em mudança de papéis, com maior presença dos jovens nos processos de tomada de decisão na comunidade. É possível mesmo pensar, como sugere Olivier de Sardan (1995), numa lógica de mono-

pólio de oportunidades, na qual grupos específicos em torno da associação local se valem de tais projetos para atingir certos fins desejados, mas com pouca sintonia com os desejos dos demais em termos de como alcançar estes fins.

Em segundo lugar, uma análise sobre a reinterpretação da inovação por estes jovens leva a pensar no papel atribuído às bolsas nestes projetos. As evidências conduzem a considerar que o sentido conferido a esta remuneração foi muito restrito, apenas como uma forma de obter meios de vida. Desta forma, o protagonismo dos jovens, tal como inscrito no projeto, pouco se desenvolveu.

Nossa análise focaliza igualmente a produção de polpa de juçara enquanto meio de geração de renda para a comunidade. Efetivamente, o projeto em análise visou “estabelecer um referencial ético comum para o produto polpa de juçara, incorporando uma dimensão social (étnica), ecológica e solidária, estimulando e constituindo uma base de princípios e valores que nortearão futuramente o processo de produção e comercialização direcionada para uma economia popular e solidária”. Assim, a ideia era fomentar o interesse do jovem por esta iniciativa combinando desenvolvimento e proteção ambiental tendo em vista o potencial econômico da exploração futura da polpa do fruto da palmeira juçara.

Considerando assim que a geração de renda não era um objetivo imediato, cumpre salientar que nossos entrevistados avaliam de forma positiva a estrutura instalada para o manejo da palmeira juçara, que se refere principalmente à produção das mudas e ao processamento da polpa de seus frutos (freezer, despolpadora e seladora, instalados no restaurante da comunidade), conforme normas sanitárias rígidas. A coleta de sementes para a obtenção das mudas foi também prevista no projeto. Para permitir o envolvimento dos jovens em diferentes etapas produtivas, foi oferecida uma formação voltada particularmente aos cuidados do cultivo e à preparação das mudas.

Convém salientar que, na safra 2012, foram coletados 400 quilos de frutos de juçara, quantidade considerada localmente como

alta, o que motivou uma divulgação importante nas redondezas, sobretudo nas escolas, sobre as vantagens da palmeira juçara. Em 2013, houve frustração da safra no conjunto das comunidades quilombolas da região implicadas no projeto, o que provocou especialmente o cancelamento da festa da juçara, que ocorria anualmente desde 2009 em Ubatuba/SP. Segundo as informações difundidas pelo IPE-MA, tal fenômeno pode ser explicado pela variação da produção da palmeira juçara de ano para outro, como no caso de outras frutíferas.

Esta frustração de safra leva a uma reflexão sobre os investimentos com vistas à comercialização futura da polpa da palmeira juçara. Trata-se de uma atividade com caráter inovador que as comunidades, com a formação recebida e a experiência adquirida, deverão aperfeiçoá-la no longo prazo. Porém, as incertezas existentes em torno dos ciclos da palmeira juçara são importantes, o que torna arriscada uma aposta em geração de renda fundada, sobretudo na comercialização da polpa do fruto da juçara.

Quanto à educação e saúde, nosso olhar se dirige às iniciativas de formação voltadas ao desenvolvimento e àquelas em torno de um ambiente saudável no âmbito do projeto em análise. De fato, este último fomentou oficinas de capacitação em diferentes frentes. Especialmente, os jovens bolsistas participaram de cursos sobre formação política e resgate cultural. No que se refere à formação política, a ideia consistia também em incitar o envolvimento dos jovens em reuniões que ocorrem com a participação da associação, tais como aquelas do Conselho Consultivo do Mosaico da Bocaina, da Rede Juçara, da Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ). Desta maneira, a intenção era formar lideranças a partir de mais familiaridade com temas de interesse à comunidade quilombola, como turismo de base comunitária, acesso e uso da terra ou valorização da cultura local, supondo esforço e persistência dos jovens.

Boa parte das oficinas de capacitação esteve sob a responsabilidade de um técnico do IPEMA. Como aponta Olivier de Sardan (1995, 2005), estes agentes do desenvolvimento constituem a interface incontornável entre o projeto e os destinatários. No entanto, suas práticas, dificuldades, inserção comunitária são pouco examinadas. Em nosso caso, é possível destacar que o agente mencionado acima é visto de forma muito favorável na comunidade: “pessoa que abraçou a luta”. Este técnico demonstrou assim uma capacidade em se colocar no lugar dos membros da comunidade quilombola. Mas certamente há contrastes de universos de representações que merecem maior exame em futuros estudos sobre projetos de desenvolvimento desta natureza.

Seja como for, convém salientar o caráter ambiental das formações oferecidas. Tratou-se de um conhecimento sobre o manejo da palmeira juçara associado ao respeito desta espécie, o que foi enfatizado em nossas entrevistas. Os riscos de sua extinção, seu corte ilegal, seus usos múltiplos foram temas tratados com insistência, como lembram os entrevistados. A propósito, houve um esforço em associar tal capacitação à história da comunidade, de modo a destacar o papel do palmito juçara na alimentação das gerações anteriores. O projeto teve assim uma perspectiva, tal como assinalada por Amartya Sen (2000), de favorecer a manutenção do tecido cultural a partir de reinvenção de desejos da comunidade. A palmeira juçara se situa assim num plano de grande valor simbólico, de modo a se tornar eixo de ações em favor de um desenvolvimento com preservação dos recursos locais.

Nesta postura de respeito à palmeira juçara, as ações do projeto buscavam mudar a concepção da comunidade em relação à agricultura a partir de plantios agroflorestais. Se, inicialmente, havia olhares céticos da comunidade para sistemas agroflorestais, em seguida, algumas famílias, a partir das formações realizadas, passaram a diversificar mais intensamente suas roças. Tal solução se associa também com a proposta de ampliar o leque de atrações turísticas da comunidade, como as visitas aos sistemas agroflorestais e a oferta di-

versificada de alimentos para o restaurante local, tendo como pano de fundo a revalorização do ofício de agricultor a partir de uma visão multifuncional da agricultura. Cumpre assinalar, todavia, que a formação ambiental pouco foi capaz de mudar determinados problemas locais, notadamente no que se refere ao descarte do lixo na comunidade.

Vale a pena igualmente destacar aqui o ponto de vista de uma de nossas interlocutoras do quilombo segundo o qual a educação para os membros da comunidade deveria ser diferenciada. De fato, o processo de capacitação do projeto permitiu fomentar a ideia, mencionada por esta entrevistada, de uma educação voltada para o uso da terra, permitindo considerar um papel importante desempenhado pelo agricultor. Assim, é plausível interpretar que membros desta comunidade não desejam uma educação, tal como aquela mencionada por Jessé Souza (2006), voltada para a formação de um mulato talentoso cuja ascensão social o leva a reproduzir o tipo de vida da sociedade branca urbana dominante.

Quanto à análise da dimensão conforto e segurança, nosso indicador aqui se refere ao desejo de permanecer no quilombo. Neste propósito, convém em primeiro lugar realçar uma mudança considerável ocorrida com a titulação das terras locais, permitindo afastar em certa medida os quilombolas de Campinho da Independência da grande marginalidade vivida por aqueles que sofreram do abandono social, tal como examinado por Florestan Fernandes (1965) em relação aos descendentes de escravos que permanecem em sua grande maioria, nos estratos mais desfavorecidos da sociedade brasileira.

Uma de nossas interlocutoras considera o respeito e a dignidade como essenciais para a qualidade de vida. Em sua entrevista, destaca que sua experiência na cidade do Rio de Janeiro foi marcada por preconceitos. Para materializar outra perspectiva, deseja para o Campinho da Independência mais ações comunitárias, notadamente aquelas que permitam a valorização da agricultura, envolvendo os jovens para favorecer sua permanência no quilombo.

Nossos interlocutores mais ativos nas atividades em torno da associação manifestam desejo de continuar na comunidade. A propósito, com o projeto de valorização da palmeira juçara, foi criado o “clube do juçarinha”, com a intenção de estimular desde cedo a participação das crianças nas iniciativas associativas locais com vistas a lhes interiorizar o desejo de permanecer na comunidade.

Parte de nossos jovens interlocutores acredita que a maior parte da juventude local prefere permanecer no quilombo, o que significaria uma mudança em relação ao passado recente. A experiência negativa daqueles que tentaram se aventurar em outras localidades, se deparando notadamente com dificuldades de obtenção de emprego, favorece esta visão. As oportunidades de trabalho fora do quilombo são finalmente restritas.

Assim, segundo estes jovens, a associação de moradores poderia representar um meio de desenvolver mais atividades na comunidade, para que os jovens possam deixar de depender dos trabalhos vistos como precários no entorno. A este respeito, parte importante dos entrevistados trabalha no restaurante do quilombo, lamentando que não existam vagas para todos os jovens da comunidade.

Enfim, embora existam estas visões favoráveis à permanência no quilombo, nossos entrevistados também consideram a influência do computador, TV e internet na vida dos jovens. Assim, há aqueles que julgam o trabalho de roça como “atraso de vida”, preferindo sonhar em se dirigir para os centros urbanos. Como sugere Marshall Sahlins (1990), trata-se de um claro efeito do contato da comunidade com os valores de uma sociedade dominante, industrial capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, o projeto de desenvolvimento local focalizado favoreceu articulações e sinergias entre diferentes comunidades quilombolas e iniciativas agroambientais. A propósito, sobretudo em razão das parcerias

e colaborações, o projeto deixou suas raízes. Depois de sua conclusão, outras ações fomentadas pela Petrobrás e pela Rede Juçara permitem a continuidade de esforços visando a consolidação de uma cadeia produtiva dos frutos da palmeira juçara, obtidos por meio de manejo sustentável.

Por outro lado, mesmo considerando seus limites, este projeto PD/A leva a uma renovação dos papéis atribuídos aos agricultores quilombolas. Trata-se de uma inovação associada a princípios agroecológicos e conservacionistas para o desenvolvimento de uma atividade produtiva com vistas à geração de renda para as famílias quilombolas. Esta inovação passa por reinterpretções locais e externas que correspondem a esta resignificação de papéis quilombolas, inclusive com uma releitura do lugar da palmeira na história da comunidade. Nesta linha de interpretações, o projeto favorece assim um processo de especificação territorial, fundado na construção de uma estratégia diferenciada de reorganização econômica.

Convém, porém, assinalar que o manejo da palmeira juçara com princípios preservacionistas mostra resultados incertos em termos de assegurar uma produção estável. Assim, foi possível constatar que há um déficit de conhecimentos para o melhor aproveitamento deste recurso local.

Enfim, este estudo foi inicialmente estruturado a partir da perspectiva da teoria das capacidades proposta por Amartya Sen (2000), o que levou à concepção de um modelo de análise para estudos de caso de comunidades quilombolas. As dimensões da participação, da obtenção de renda, da educação/saúde e do conforto/segurança são os pilares do modelo. Este artigo, cuja elaboração se apoiou no pensamento de Olivier de Sardan, permitiu avançar em nossas interpretações, focalizando de maneira mais profunda estas dimensões. Em particular, nossa análise enfatizou mais intensamente a forma como os jovens, considerados como protagonistas do projeto em estudo interpretaram a inovação proposta e as consequências de suas posturas. Nesta linha de ra-

ciocínio, torna-se bastante pertinente para investigações futuras aprofundar ainda mais a análise sobre as interações entre as comunidades beneficiadas e os operadores dos projetos de desenvolvimento local.

Recebido em: 05/06/2015
Aprovado em: 11/08/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1965.
- GUSMAO, Neusa Maria Mendes. *Terra de pretos, terra de mulheres*. Brasília: Fundação Palmares, 1996.
- KANIKADAN, Andrea. Yumi Sugishita. *Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos em Mandira/SP e Campinho da Independência/RJ*. Piracicaba/SP, 2014. 152f. Tese (Doutorado em Ciências, Ecologia Aplicada) – Universidade de São Paulo, 2014.
- LOURENÇO, Fernando. *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Unicamp, 2001.
- MANCIN, Rinaldo Cesar. *Estado e Sociedade na Busca do Desenvolvimento Sustentável em Projetos Demonstrativos*. Brasília, 2001. 135p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental) – Universidade de Brasília, 2001.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. *Anthropologie et développement. Essai en socio-anthropologie du changement social*. Marseille: APAD e Paris: Karthala, 1995.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. *Anthropology and Development: Understanding Contemporary Social Change*. Tradução: An-
- toinette Tidjani Alou. Londres: Zed Books, 2005.
- PECQUEUR, Bernard. “O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul”. *Raízes*, Campina Grande, v.24, n° 1/2, 2005, pp. 11-22.
- REJU. Um marco para a Rede Juçara, o 1º encontro *A revista da rede juçara*. Disponível em: <www.redejucara.org.br>. Acesso em: 29 dez 2013.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SOUZA, Jessé. “A gramática social da desigualdade brasileira”. In: *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. UFMG: Belo Horizonte, 2006.